

IMPACTO DO COOPERATIVISMO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: LACUNAS E OPORTUNIDADES PARA ESG E ODS

Rubens Staloch

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) | rsstaloch@gmail.com

Schirlei Freder

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) | schirlei.freder1@gmail.com

Mario Prokopiuk

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) | mario.p@pucpr.br

Sessão Temática 02: Desenvolvimento regional: políticas, escalas e ações

Resumo: O estudo examina a relevância do cooperativismo no desenvolvimento territorial, com centralidade em práticas ESG (Environmental, Social and Governance) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Através de uma pesquisa bibliométrica, foram analisados 252 artigos e 93 dissertações produzidos entre 2014 e 2023. A maioria das pesquisas concentra-se na gestão cooperativa, abordando modelos, ferramentas de gestão e indicadores. Temas emergentes como ESG e ODS ainda são explorados de forma limitada, sugerindo uma oportunidade para expandir investigações futuras nessas áreas. Além disso, o estudo destaca uma lacuna importante na literatura sobre a relação entre cooperativismo e desenvolvimento territorial sustentável, apontando a necessidade de mais pesquisas que examinem o impacto das cooperativas nas comunidades locais. Conclui-se que, embora avanços importantes tenham sido feitos na compreensão da gestão cooperativa, há um potencial inexplorado para conectar essas práticas com a promoção de desenvolvimento regional mais sustentável, reforçando o papel das cooperativas na construção de um futuro socialmente justo.

Palavras-chave: Cooperativismo; Desenvolvimento Territorial; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Gestão Cooperativa; Indicadores de Desempenho

IMPACT OF COOPERATIVES ON TERRITORIAL DEVELOPMENT: GAPS AND OPPORTUNITIES FOR ESG AND SDGS

Abstract: *The study examines the relevance of cooperatives in territorial development, focusing on ESG (Environmental, Social, and Governance) practices and the Sustainable Development Goals (SDGs). A bibliometric study analyzed 252 articles and 93 dissertations between 2014 and 2023. Most research focuses on cooperative management, addressing models, management tools, and indicators. Emerging topics such as ESG and SDGs are still explored in a limited manner, suggesting an opportunity for further investigation in these areas. Moreover, the study highlights a significant gap in the literature regarding the relationship between cooperatives and sustainable territorial development, pointing to the need for more research examining the impact of cooperatives on local communities. The conclusion is that while essential advances have been made in understanding cooperative management, there is untapped potential to link these practices with promoting more sustainable regional development, reinforcing the role of cooperatives in building a socially just future.*

Keywords: *Cooperatives; Territorial Development; Sustainable Development Goals (SDGs); Cooperative Management; Performance Indicators.*

IMPACTO DEL COOPERATIVISMO EN EL DESARROLLO TERRITORIAL: BRECHAS Y OPORTUNIDADES PARA ESG Y ODS

Resumen: *El estudio examina la relevancia del cooperativismo en el desarrollo territorial, con un enfoque en las prácticas ESG (Environmental, Social and Governance) y en los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). A través de una investigación bibliométrica, se analizaron 252 artículos y 93 disertaciones producidos entre 2014 y 2023. La mayoría de las investigaciones se centra en la gestión cooperativa, abordando modelos, herramientas de gestión e indicadores. Temas emergentes como ESG y ODS aún se exploran de manera limitada, lo que sugiere una oportunidad para expandir investigaciones futuras en estas áreas. Además, el estudio destaca una importante brecha en la literatura sobre la relación entre cooperativismo y desarrollo territorial sostenible, señalando la necesidad de más investigaciones que examinen el impacto de las cooperativas en las comunidades locales. Se concluye que, aunque se han logrado avances importantes en la comprensión de la gestión cooperativa, existe un potencial inexplorado para vincular estas prácticas con la promoción de un desarrollo regional más sostenible, reforzando el papel de las cooperativas en la construcción de un futuro socialmente justo.*

Palabras clave: *Cooperativismo; Desarrollo Territorial; Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS); Gestión Cooperativa; Indicadores de Desempeño.*

INTRODUÇÃO

A compreensão do desenvolvimento das sociedades, segundo Santos (1977; 1978), pode ser fundamentada a partir de sua formação socioespacial. Esta formação resulta, conforme Elias (1994), da atuação conjunta dos indivíduos ao longo do tempo, manifestando-se em diferentes fases de desenvolvimento, cada qual com características e desafios próprios. Santos (1994; 1996) propõe a compreensão desta evolução através de três períodos distintos: i) Técnico; ii) Técnico-Científico e iii) Técnico-Científico-Informacional.

Neste contexto, emerge no campo científico a necessidade de compreender e explicar os diversos elementos constitutivos das sociedades, sejam eles materiais/físicos/técnicos (conjunto de objetos) ou imateriais/simbólicos/sociais/institucionais (conjunto de ações). Esta análise dual se alinha à perspectiva da formação socioespacial teorizada por Santos (1977; 1978), proporcionando um entendimento mais abrangente da dinâmica social, especialmente no que tange ao papel das organizações cooperativas como agentes de desenvolvimento territorial.

A presente pesquisa, por meio de análise bibliométrica, busca explorar as relações existentes entre o cooperativismo e outras temáticas correlatas, com ênfase especial nas interseções entre gestão cooperativa, desenvolvimento territorial e práticas ESG (Environmental, Social and Governance). A investigação se mostra particularmente relevante ao relacionar o cooperativismo com o desenvolvimento das sociedades e o território, considerando especialmente sua expressiva presença na região sul do Brasil, onde se concentra grande parte da produção acadêmica sobre o tema.

O trabalho está estruturado em quatro seções além desta introdução: i) referencial teórico, que aborda os fundamentos conceituais do cooperativismo e sua relação com o desenvolvimento territorial; ii) metodologia, detalhando os procedimentos bibliométricos utilizados; iii) dados e reflexões sobre os achados da pesquisa, com foco nas tendências e lacunas identificadas na literatura; e iv) considerações finais, onde são apresentadas notas conclusivas que relacionam os dados evidenciados pelo estudo com os referenciais teóricos utilizados, apontando caminhos para futuras investigações sobre a interface entre cooperativismo e desenvolvimento territorial sustentável.

REFERENCIAL TEÓRICO: BREVES NOTAS SOBRE O TERRITÓRIO E O COOPERATIVISMO

É possível compreender o processo de desenvolvimento das sociedades a partir das relações formatadas espaço-temporalmente e sob influência de diversos fatores econômicos, políticos e institucionais. Nesta perspectiva, Elias (1994) argumenta que uma sociedade resulta da atuação conjunta de indivíduos, conceito que se alinha tanto ao processo de formação socioespacial teorizado por Santos (1977; 1978) quanto à Teoria da Agência de Sztompka (2005), que enfatiza a necessidade de união dos agentes – os “todo-poderosos” – para a efetivação de mudanças sociais.

O desenvolvimento dos territórios está intrinsecamente relacionado ao espaço, que é transformado pela ação humana através do trabalho e da intervenção, pois como afirmava Santos (1977, p. 86), “modo de produção, formação social, espaço [...] são interdependentes”. Desta forma, a compreensão do espaço é indissociável das relações que nele ocorrem e poderão ocorrer (Santos, 1978), constituindo o que se denomina territorialidades.

Estas territorialidades, segundo Sack (2011 [1986]), são constituídas a partir das ações humanas e das tentativas de controle ou influência de indivíduos ou grupos sobre os demais em determinado espaço, manifestando-se em diferentes escalas, desde o âmbito individual até o coletivo, e modificando-se conforme as relações sociais. Haesbaert (2006; 2007) complementa esta visão ao explicar que a dinâmica das relações humanas no espaço-tempo leva a um processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR).

No desenvolvimento das sociedades, considerando as interações entre objetos e ações propostas por Santos (1977; 1978), surgem e se incorporam novos elementos e organizações institucionais, entre os quais se destacam as cooperativas. A cooperação entre humanos tem sido uma constante histórica, manifestando-se de inúmeras formas desde a antiguidade.

A cooperação sistematizada em organizações cooperativistas surgiu na Europa em meados do século XVII, com o objetivo fundamental de “organizar as pessoas coletivamente a partir de interesses comuns, intervir em processos produtivos como forma de organização econômica, para melhorar os ganhos e conseqüentemente a vida das pessoas” (Magri et al., 2010, p. 17).

O cooperativismo moderno teve sua origem em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, com a fundação de uma cooperativa de consumo por 28 tecelões (Pinheiro, 2007). Posteriormente, em 1856, Herman Schulze estabeleceu na Prússia as primeiras cooperativas urbanas, conhecidas como schulze-delitzsch ou bancos populares na Alemanha, caracterizadas pela área de atuação não-restrita, remuneração de dirigentes e retorno das sobras líquidas proporcional ao capital (Pinheiro, 2007).

No Brasil, práticas cooperativas precederam o próprio descobrimento, manifestando-se nas ações coletivas das comunidades indígenas para sobrevivência e preservação ambiental. Contudo, o cooperativismo formal, baseado na distribuição de resultados, ganhou força na segunda metade do século XIX com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente alemães, poloneses e italianos (Magri et al., 2010).

Segundo Meinen (2022), as primeiras cooperativas formais brasileiras surgiram para viabilizar a pequena produção, fomentar o crédito mútuo e a agricultura em larga escala. O marco regulatório inicial do cooperativismo foi estabelecido em 1932, com o Decreto 22.239, que orientou a formalização das cooperativas e instituiu o controle estatal sobre suas operações.

O processo de organização cooperativa foi posteriormente consolidado pela Lei 5.764/71, que estabeleceu a necessidade de registro e oficializou a Organização das Cooperativas no Brasil (OCB) como órgão representativo do setor (Meinen, 2022). A Lei 4.595/1964 equiparou as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras, submetendo-as à fiscalização do Banco Central do Brasil. A evolução do marco regulatório do cooperativismo financeiro é evidenciada por “mais de 80 iniciativas legais e regulamentares desde 1992, implicando uma média de 3 expedientes regulatórios por ano” (Meinen, 2023, p. 163).

Relacionando o cooperativismo à interpretação de Elias (1994) sobre a constituição das sociedades, compreende-se que o desenvolvimento social está intrinsecamente ligado às práticas cooperativistas, especialmente em seu aspecto de união de saberes, intenções e atuação conjunta. Este movimento é orientado por sete princípios fundamentais: 1) Adesão Livre e Voluntária; 2) Gestão Democrática; 3) Participação Econômica; 4) Autonomia e Independência; 5) Educação, Formação e Informação; 6) Intercooperação; 7) Interesse pela comunidade – Quadro 1:

XXI ENANPUR: Quadro 1 - Princípios do Cooperativismo

Princípio	Interpretação	Base Legal na Lei 5.764/71
Adesão Livre e Voluntária	O primeiro princípio estabelece que as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades da filiação, sem discriminação de gênero, raça, classe social, posição política ou religiosa. Este princípio garante a inclusão e a diversidade dentro das cooperativas.	Art. 29 - Estabelece o livre ingresso a todos que desejarem utilizar os serviços da cooperativa, ressalvadas apenas as impossibilidades técnicas de prestação.
Gestão Democrática	As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os membros eleitos são responsáveis perante o grupo. Este princípio assegura que todos os membros tenham voz nas decisões, independentemente da quantidade de capital investido, por isso a expressão “um membro um voto”.	Art. 4º, V - Assegura a singularidade do voto e o Art. 38 - Estabelece a Assembleia Geral como órgão supremo da sociedade.
Participação Econômica	Os membros contribuem equitativamente para o capital de suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é geralmente propriedade comum da cooperativa. Os membros geralmente recebem uma compensação limitada, se houver, sobre o capital subscrito como condição de filiação. Os excedentes são distribuídos de acordo com a decisão dos membros, frequentemente proporcionalmente às suas transações com a cooperativa, e não ao capital subscrito.	Art. 24 a 27 - Regulamentam o capital social e quotas-partes e o Art. 28 - Estabelece os fundos obrigatórios para garantir a sustentabilidade econômica.
Autonomia e Independência	As cooperativas são organizações autônomas, controladas por seus membros. Se entrarem em acordos com outras organizações, incluindo governos, ou captarem capital de fontes externas, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos membros e mantenham sua autonomia cooperativa.	Art. 4º - Estabelece características fundamentais, especialmente a natureza civil e não sujeição à falência.
Educação, Formação e Informação	As cooperativas devem proporcionar educação e formação aos seus membros, representantes eleitos, gerentes e empregados para que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Elas devem informar o público em geral – particularmente os jovens e os líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.	Art. 28, II - Institui o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.
Intercooperação	As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. Este princípio promove a colaboração e o apoio	Art. 6º e 8º - Preveem a constituição de cooperativas centrais, federações e confederações.

	mútuo entre cooperativas, fortalecendo o movimento como um todo.	
Interesse pela comunidade	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros. Este princípio reflete o compromisso das cooperativas com o bem-estar das comunidades onde operam, promovendo iniciativas que beneficiem a sociedade em geral.	Art. 28, § 2º - Permite a realização de convênios com entidades públicas e privadas para atendimento dos serviços assistenciais e Art. 4º, IX - Estabelece a neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.

Fonte: elaboração dos autores com base em Magri *et al.*, (2010), Meinen (2022; 2023), Brasil (1971).

A análise comparativa entre os princípios cooperativistas e sua materialização na Lei 5.764/71, que constam do Quadro 1, revela algumas disparidades importantes entre o ideal cooperativista e sua tradução normativa. O princípio da *adesão livre e voluntária* preconiza uma abertura ampla e irrestrita, mas a legislação estabelece ressalvas técnicas que podem limitar essa liberdade (Art. 29). No âmbito da *gestão democrática*, a estrutura legal impõe uma série de requisitos formais que podem burocratizar o processo decisório, mesmo garantindo a singularidade do voto e o poder da Assembleia Geral (Art. 4º, V; Art. 38). A *participação econômica*, que segundo o princípio deve ser flexível e adaptável às necessidades dos cooperados, encontra-se rigidamente estruturada, com regras específicas sobre capital e fundos que podem limitar a autonomia financeira das cooperativas (Art. 24 a 28). O princípio da *autonomia e independência* é mitigado por diversas disposições de controle estatal ao longo da lei, apesar de formalmente reconhecido (Art. 4º). O aspecto *educacional*, central para o movimento cooperativista, é reduzido a um fundo específico, sem maiores detalhamentos sobre sua implementação efetiva (Art. 28, II). A *intercooperação*, que deveria ser ampla e diversificada, é regulamentada de forma predominantemente estrutural e hierárquica (Art. 6º e 8º). Por fim, o *interesse pela comunidade*, princípio que visa um impacto social abrangente, encontra uma expressão limitada na lei, focando mais em aspectos formais do que em resultados sociais efetivos (Art. 28, § 2º; Art. 4º, IX). Considerando a distância entre os ideais cooperativistas e sua tradução legal, pode-se estimar que a Lei 5.764/71 captura pouco mais da metade dos princípios em sua essência, deixando uma lacuna expressiva entre o ideal cooperativista e sua regulamentação efetiva, especialmente nos aspectos de autonomia, educação e impacto social.

Apesar dessas restrições, a gestão das cooperativas experimentou avanços significativos a partir dos anos 2000, especialmente no âmbito da governança cooperativa. Esta evolução estabeleceu diversos instrumentos para constituição de ambientes de governança, incluindo a atuação do Conselho de Administração, vigilância mútua entre colaboradores, participação dos dirigentes na propriedade e direito de voto dos proprietários nas Assembleias Gerais (Filho, 2009).

Neste contexto, Meinen (2022) estrutura a governança cooperativa em quatro dimensões fundamentais: i) representatividade e participação; ii) direção estratégica; iii) gestão executiva; e iv) fiscalização e controle. Este modelo, articulado pelo Banco Central do Brasil com apoio de diversas organizações do setor, visa estabelecer um "sólido e adequado

ambiente de governança, que considere as especificidades das cooperativas de crédito no sistema financeiro e na realidade socioeconômica brasileira” (Ventura, 2009, p. 49).

O modelo cooperativista, caracterizado pelo relacionamento próximo com as comunidades e estímulo à participação, alinha-se à teoria do capital social desenvolvida por Bourdieu (1985) e Putnam (1993; 1996). Para Putnam (1993, p. 167), o capital social manifesta-se nas “características das organizações sociais, como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas.” Complementarmente, Meinen (2023, p. 168) enfatiza que o cooperativismo financeiro deve alinhar-se com justiça social, aspirações de cidadania e empreendedorismo.

A Lei Complementar 196/2022 representa um marco na modernização das cooperativas de crédito em três aspectos centrais: 1) atividades e negócios; 2) organização sistêmica; e 3) gestão e governança. A legislação amplia as possibilidades de produtos financeiros, estabelece a impenhorabilidade das quotas-partes de capital e flexibiliza o uso do FATES, fortalecendo o papel das cooperativas no desenvolvimento local.

Em consonância com as tendências globais de desenvolvimento sustentável, emerge a Agenda ESG (Environmental, Social and Governance), integrando estratégias ambientais, sociais e de governança. Segundo Puglioli e Winter (2021), estes fatores tornaram-se centrais para a reputação e solidez empresarial, influenciando diretamente as decisões organizacionais e, conforme Ungaretti (2020), orientando decisões de investimento no mercado financeiro.

No contexto do desenvolvimento regional, Sen (1999) enfatiza a importância das ações locais, enquanto Moraes (2021, p. 89) destaca o papel do cooperativismo de crédito na redução das desigualdades sociais, especialmente aquelas originadas pela fuga de divisas entre regiões. Meinen (2023, p. 137) sintetiza esta visão ao definir o cooperativismo como uma “rede de proteção econômica, financeira, social e ambiental, que assegura a autossustentabilidade do ambiente circundante”.

Estudos como os de Abramovay (2008), Golzales e Moser (2015), Pauli e Rosenfield (2017) e Moraes, Búrigo e Cazella (2021) evidenciam as múltiplas facetas do cooperativismo em contextos econômicos, ambientais e sociais. Particularmente relevante é a observação de Abramovay (2008) sobre as múltiplas oportunidades geradas pelo cooperativismo, destacando sua constante busca por inovação em métodos e diversificação de atividades como elementos fundamentais para o desenvolvimento local/regional.

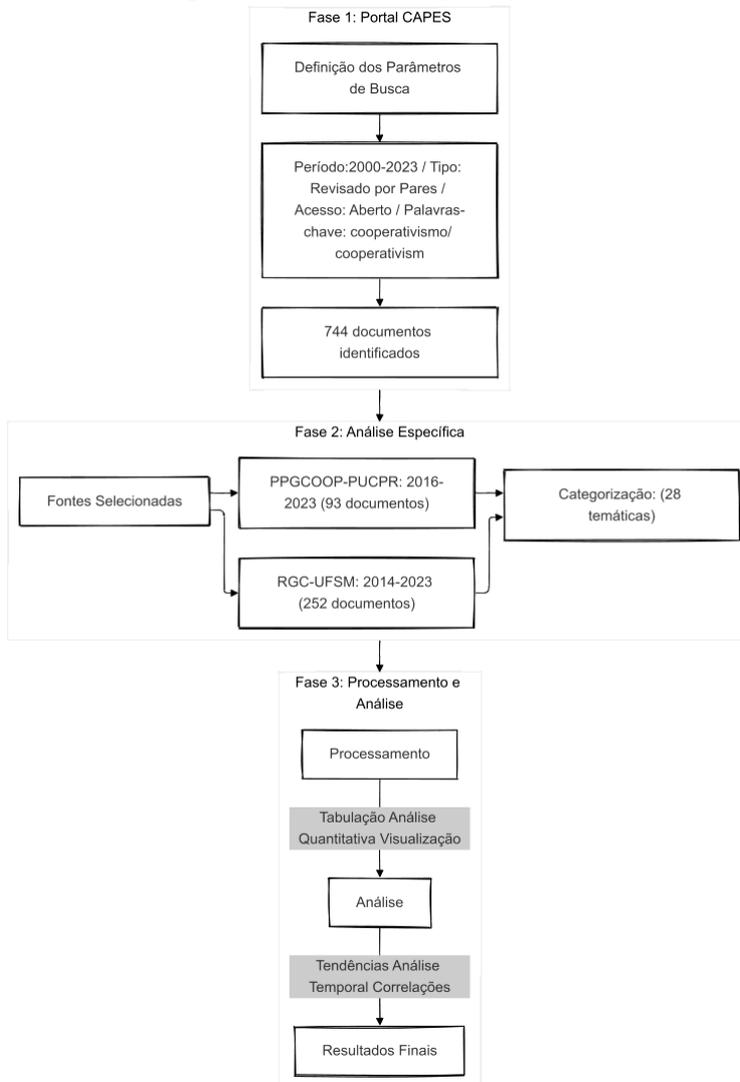
METODOLOGIA

Para atingir o objetivo central deste trabalho de levantar o panorama das temáticas abordadas nas publicações sobre cooperativismo, foi realizado um estudo bibliométrico, estruturado em três fases distintas e complementares. A pesquisa caracteriza-se como descritiva em relação aos objetivos, pois visa descrever as temáticas abordadas nos artigos

publicados através de análise de conteúdo, e quantitativa quanto ao tratamento dos dados tabulados, utilizando o Pacote Office (Microsoft Excel) para organização e análise dos dados (Rizzi et al., 2018).

O processo da pesquisa foi conduzido conforme demonstrado no fluxo representado na Figura 1, com o detalhamento nos parágrafos subsequentes.

XXI ENANPUR - Figura 1 - Processo da Pesquisa



Fonte: elaboração dos autores.

A Fase 1 consistiu em uma busca sistemática no Portal de Periódicos CAPES, utilizando os termos “cooperativismo” e/ou “cooperativismo”, com os seguintes critérios de refinamento: período de 2000 a 2023, artigos revisados por pares e acesso aberto. Esta busca inicial resultou em 744 documentos indexados, predominantemente nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Multidisciplinar e Ciências Biológicas, publicados em espanhol, português e inglês. Destaca-se a concentração de publicações na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialmente na Revista de Gestão e Organizações Cooperativas.

Na Fase 2, a pesquisa focou em duas fontes principais: a Revista de Gestão e Organizações Cooperativas (RGC), analisando 252 documentos publicados entre 2014 e 2023, e o banco de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas e Organizações Complexas e Plurais (PPGCOOP) da PUCPR, examinando 93 documentos produzidos entre 2016 e 2023. Esta fase envolveu a leitura detalhada dos materiais e sua categorização segundo as temáticas previamente estabelecidas.

Para a categorização dos trabalhos, foram estabelecidas 28 temáticas abrangentes, incluindo desde princípios do cooperativismo e valor adicionado até produtos e soluções financeiras, contemplando também temas contemporâneos como ESG e ODS. A escolha do termo em inglês e português visou capturar um espectro mais amplo de publicações, considerando a internacionalização da produção acadêmica.

A Fase 3 concentrou-se na compilação, tabulação e apresentação visual dos resultados através de gráficos e quadros, permitindo uma análise abrangente das tendências e padrões encontrados na produção acadêmica sobre cooperativismo. A coleta de dados foi realizada durante a segunda quinzena de agosto e primeira quinzena de outubro de 2024, considerando título, palavras-chave e resumo como critérios de análise, resultando em uma visão sistemática e estruturada da produção acadêmica sobre cooperativismo no período analisado.

RESULTADOS DESCRITIVOS DA PESQUISA

A Revista de Gestão e Organizações Cooperativas (RGC) tem como objetivo principal a publicação de pesquisas empíricas que testam, ampliam ou desenvolvem estudos sobre organizações coletivas, visando contribuir para o aprimoramento das práticas de gestão. Para serem aceitos na RGC, os manuscritos devem apresentar contribuições empíricas e teóricas que demonstrem a sua relevância para o campo de atuação do cooperativismo e da gestão de organizações coletivas. No período compreendido entre 2014 e 2023, foram identificados e analisados 252 artigos, os quais foram sistematicamente categorizados por temáticas predominantes, conforme apresentado no Gráfico 1.

No cenário do cooperativismo explicitado por esse conjunto de artigos, observa-se uma forte concentração de estudos voltados à gestão, com destaque para modelos, ferramentas, indicadores e cultura organizacional (41,67%), demonstrando a importância central destes aspectos no funcionamento das cooperativas. Os princípios fundamentais do cooperativismo (14,29%) aparecem como segundo tema mais abordado, seguido de perto pelos estudos sobre impactos locais e regionais das cooperativas (13,89%) e questões relacionadas à governança cooperativa e responsabilidade social (13,10%).

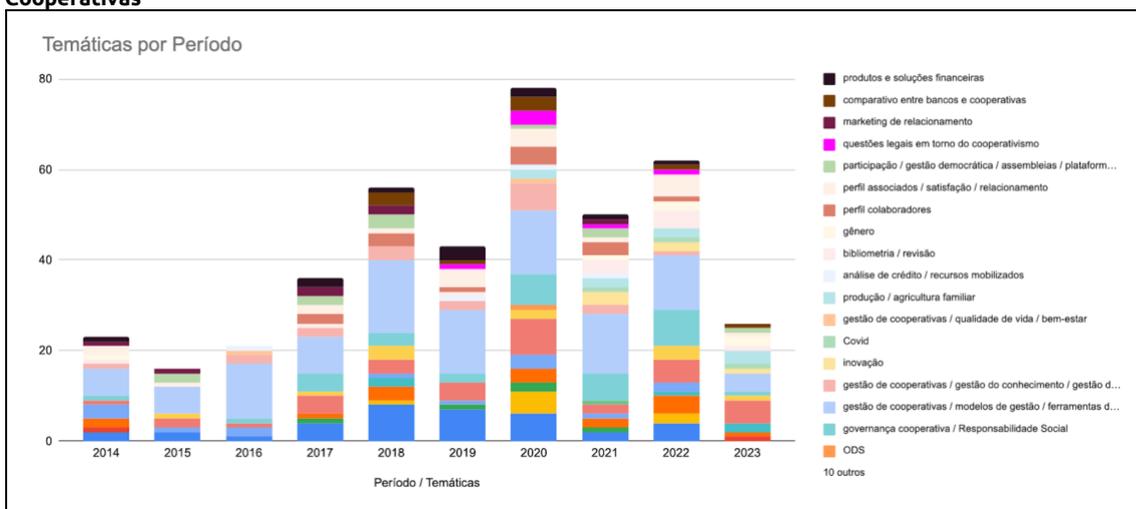
Em um segundo nível de interesse acadêmico, encontram-se as pesquisas focadas no perfil e satisfação dos associados (8,33%), gestão do conhecimento e recursos humanos (7,54%),

além de temas como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (6,35%). As análises sobre redes e arranjos produtivos locais (5,56%) e estudos sobre o perfil dos colaboradores (5,56%) também apresentam relevância significativa, assim como trabalhos sobre economia solidária, bibliometria e revisão, participação democrática e produtos financeiros (todos com 4,37%).

Os temas com menor representatividade, porém não menos importantes, incluem produção e agricultura familiar (3,57%), comparativos entre bancos e cooperativas (3,57%), projetos socioeducativos (3,17%) e marketing de relacionamento (2,78%). Questões emergentes como inovação, gênero e aspectos legais (todos com 2,38%) também são abordadas, seguidas por temas como políticas de desenvolvimento e crescimento econômico (1,98% cada), análise de crédito (1,59%), impactos da Covid-19 (1,19%), e, com menor expressão, estudos sobre valor adicionado e qualidade de vida (0,79% cada), além de temáticas mais recentes como ESG e ODS (0,40% cada). Em síntese, a análise das temáticas abordadas nos estudos sobre cooperativismo revela uma clara predominância de pesquisas sobre aspectos gerenciais e operacionais, evidenciando a preocupação da comunidade acadêmica com a profissionalização e eficiência das cooperativas. Embora temas tradicionais como princípios cooperativistas e impactos regionais mantenham relevância, observa-se uma emergente, ainda que tímida, tendência de incorporação de temas contemporâneos como ESG, ODS e inovação, sugerindo um campo de estudo em transformação que busca alinhar-se às demandas atuais da sociedade. O baixo percentual de pesquisas em áreas como sustentabilidade, gênero e economia solidária indica potenciais lacunas a serem exploradas em futuras investigações, especialmente considerando a crescente importância destes temas no contexto socioeconômico global e a própria natureza do cooperativismo como modelo de negócio que visa conjugar desenvolvimento econômico com impacto social positivo.

A análise temporal das publicações da Revista de Gestão e Organizações Cooperativas revela uma evolução significativa na diversidade de temáticas abordadas nos estudos sobre cooperativismo, como demonstrado no Gráfico 1. Esta diversificação temática reflete não apenas o amadurecimento do campo de pesquisa, mas também a crescente complexidade e abrangência das questões que envolvem o movimento cooperativista, evidenciando a capacidade da revista em acompanhar e contribuir para o desenvolvimento do conhecimento nesta área.

XXI ENANPUR – Gráfico 1: Temáticas de estudo - por período (2014 - 2023) - Revista de Gestão e Organizações Cooperativas



Fonte: elaboração dos autores (2024).

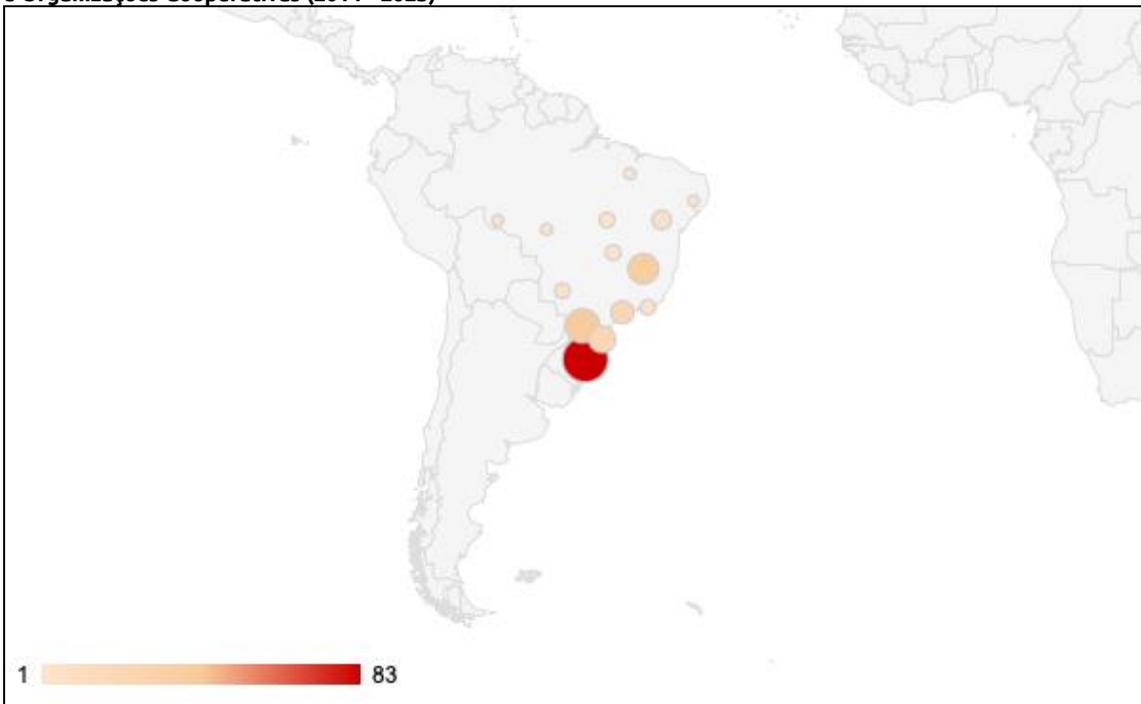
O resultado demonstrou que as temáticas mais evidentes, em ordem decrescente de intensidade, foram: i) gestão de cooperativas/modelos de gestão/ferramentas de gestão/indicadores/cultura organizacional; ii) princípios do cooperativismo; iii) impactos locais/regionais das cooperativas; iv) governança cooperativa/responsabilidade social; v) perfil de associados/satisfação/relacionamento; vi) gestão de cooperativas/gestão do conhecimento/gestão de recursos humanos/treinamentos; vii) sustentabilidade/desenvolvimento sustentável. Sobretudo, destaca-se que os estudos que abordam modelos de gestão e ferramentas tratam de análises de caso e implementações que resultaram em alterações ou melhorias de processos.

O conjunto dessas temáticas no Gráfico 1 mostra uma tendência de crescimento expressivo no volume total de publicações, com um pico notável em 2020, quando foram publicados aproximadamente 75 trabalhos. O período apresenta uma distribuição irregular de publicações, com momentos de menor produção acadêmica, como em 2015 e 2016 (cerca de 15 trabalhos cada), e períodos de maior intensidade, como 2018-2020, que concentraram um volume expressivo de estudos. A temática de gestão de cooperativas, abrangendo modelos, ferramentas e aspectos gerenciais (representada em azul claro no gráfico), manteve-se como área predominante ao longo de todo o período analisado.

É interessante notar o surgimento e a evolução de novas temáticas ao longo dos anos, como a emergência de estudos sobre Covid em 2020-2021, e a crescente presença de temas como ODS e inovação nos anos mais recentes. O período de 2018 a 2020 apresentou maior diversificação temática, com estudos abarcando desde questões tradicionais como gestão e governança até temas mais contemporâneos como participação democrática e plataformas digitais. Após 2020, observa-se uma tendência de redução no volume total de publicações, porém com manutenção da diversidade temática, sugerindo uma possível consolidação de determinadas linhas de pesquisa no campo do cooperativismo.

As temáticas ODS e ESG tiveram presença pontual nos estudos, concentrando-se nos anos de 2020 e 2021. A análise da distribuição geográfica das publicações com base no Gráfico 2, revela uma concentração significativa de pesquisas em instituições do sul do Brasil, com destaque para a região indicada em vermelho mais intenso no mapa, que corresponde ao estado do Rio Grande do Sul, demonstrando a maior concentração de pesquisadores nesta área. Em seguida, observa-se uma presença relevante de publicações nos estados do Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo, indicados por tons mais claros no mapa, que juntos constituem aproximadamente 82% do total de publicações no período analisado.

XXI ENANPUR – Gráfico 2: Origem das publicações - instituição de afiliação dos pesquisadores - Revista de Gestão e Organizações Cooperativas (2014 - 2023)



Fonte: elaboração dos autores (2024).

É interessante notar a internacionalização das pesquisas em cooperativismo, evidenciada pela presença de trabalhos originários de países da América Latina, especificamente Costa Rica, Guadalajara (México) e Cuba. Esta diversificação geográfica, embora ainda modesta, sugere um crescente interesse pelo tema do cooperativismo em diferentes contextos culturais e econômicos, com tendência de expansão no número de instituições e países envolvidos nas pesquisas apresentadas, indicando o potencial de desenvolvimento de redes internacionais de pesquisa nesta área.

A análise bibliométrica avançou para analisar o banco de teses e dissertações da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), considerando especificamente as produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas e Organizações Complexas e Plurais (PPGCOOP), que representa uma iniciativa única e pioneira no Brasil e na América Latina. Como Mestrado Profissional, o programa tem como objetivo desenvolver

competências gerenciais e empreendedoras em seus alunos, habilitando-os para atividades de consultoria, gestão e docência no campo do cooperativismo.

O PPGCOOP destaca-se por sua excelência acadêmica, evidenciada pela obtenção do conceito 4 em sua primeira avaliação quadrienal pela CAPES em 2017, distinção mantida até o presente momento. Este conceito, considerado de excelência na escala que vai de 1 a 5 para programas de mestrado, foi um feito notável para uma primeira avaliação, demonstrando o alto padrão de qualidade do programa em ensino e pesquisa desde seu início. A presente análise contempla 93 trabalhos acadêmicos produzidos entre 2016 e 2023, categorizados segundo suas temáticas predominantes.

A análise das temáticas abordadas nas dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas e Organizações Complexas e Plurais (PPGCOOP) da PUCPR revela uma maior concentração de estudos voltados à gestão de cooperativas, com predominância de modelos, ferramentas e indicadores de gestão (44,09%). Esta predominância reflete o alinhamento com a própria natureza do programa, que tem centralidade na formação de profissionais e pesquisadores especializados em gestão cooperativa. Em um segundo patamar de relevância, destacam-se as pesquisas relacionadas ao perfil, satisfação e relacionamento com associados, com aspectos da organização do quadro social (16,13%) demonstrando uma preocupação relevante com a base social das cooperativas.

Os impactos locais e regionais das cooperativas aparecem como terceira temática mais frequente (10,75%), seguidos por três temas que compartilham o mesmo percentual (9,68%): princípios do cooperativismo, governança cooperativa/responsabilidade social e perfil de colaboradores/gestores. Esta distribuição sugere um equilíbrio entre a preocupação com aspectos fundamentais do cooperativismo e questões mais práticas de gestão e governança. Um terceiro grupo temático, cada um representando 8,60% dos trabalhos, engloba gestão do conhecimento/recursos humanos, inovação e produtos e soluções, o que indica atenção a aspectos modernos e estratégicos da gestão cooperativa.

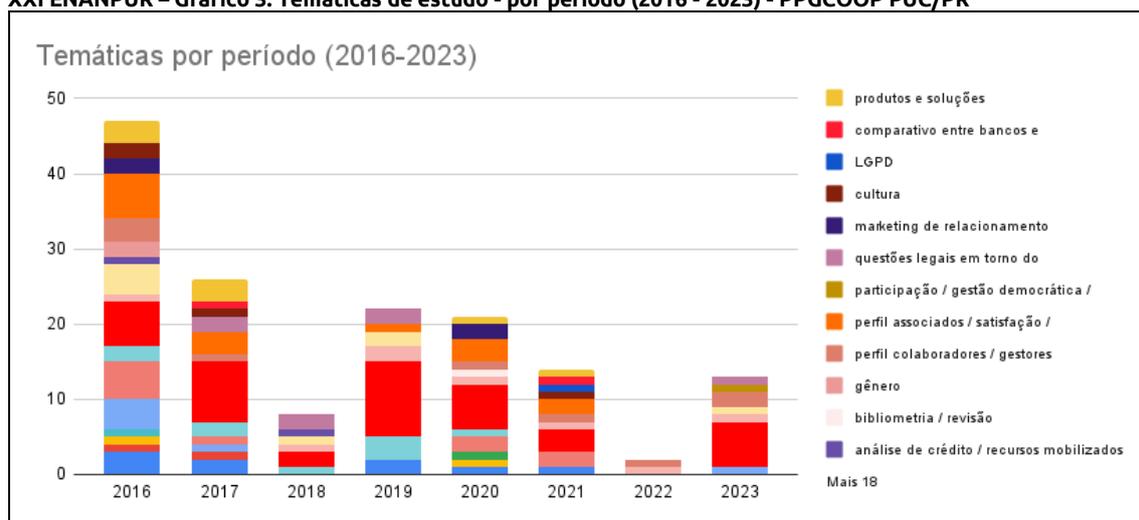
É interessante notar que algumas temáticas que têm ganhado destaque no cenário corporativo contemporâneo, como ESG (0,00%), ODS (0,00%), sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (0,00%), não registraram ocorrências no período analisado. Da mesma forma, temas como economia solidária (0,00%), Covid-19 (0,00%), qualidade de vida/bem-estar (0,00%) e produção/agricultura familiar (0,00%) também não foram contemplados nas pesquisas do programa. Este cenário pode indicar potenciais lacunas de pesquisa a serem exploradas em futuros trabalhos, especialmente considerando a crescente relevância destes temas no contexto atual das organizações.

Em uma análise geral, o PPGCOOP da PUCPR mantém uma forte ênfase em aspectos gerenciais e organizacionais das cooperativas, com atenção especial às questões relacionadas ao quadro social e impactos regionais. Temas como questões legais (7,53%), redes e cadeias de valor (6,45%), e marketing de relacionamento (4,30%) aparecem em um patamar intermediário de frequência, enquanto cultura (4,30%), valor adicionado/agregação

de valor (2,15%), projetos/projetos socioeducativos/educação financeira (2,15%), análise de crédito (2,15%), gênero (2,15%) e comparativos entre bancos e cooperativas (2,15%) apresentam menor representatividade. Temas com apenas 1,08% de ocorrência, como políticas de desenvolvimento urbano e/ou regional, crescimento e/ou desenvolvimento econômico, bibliometria/revisão, participação democrática/assembleias/plataformas digitais e LGPD, sugerem campos emergentes ou menos explorados dentro do programa.

Analisando a evolução temporal das temáticas de estudo no PPGCOOP da PUC/PR entre 2016 e 2023, conforme consta do Gráfico 3, observa-se uma tendência decrescente no volume total de trabalhos produzidos, com o ápice em 2016 (aproximadamente 45 trabalhos) e uma redução gradual nos anos subsequentes. O ano de 2016 apresentou a maior diversificação temática, com presença mais expressiva de estudos sobre produtos e soluções, marketing de relacionamento, perfil de associados e colaboradores, além de questões legais e culturais. Esta variedade temática pode ser atribuída ao período inicial do programa, quando havia uma demanda represada por pesquisas em diferentes áreas do cooperativismo – Gráfico 3.

XXI ENANPUR – Gráfico 3: Temáticas de estudo - por período (2016 - 2023) - PPGCOOP PUC/PR



Fonte: elaboração dos autores (2024).

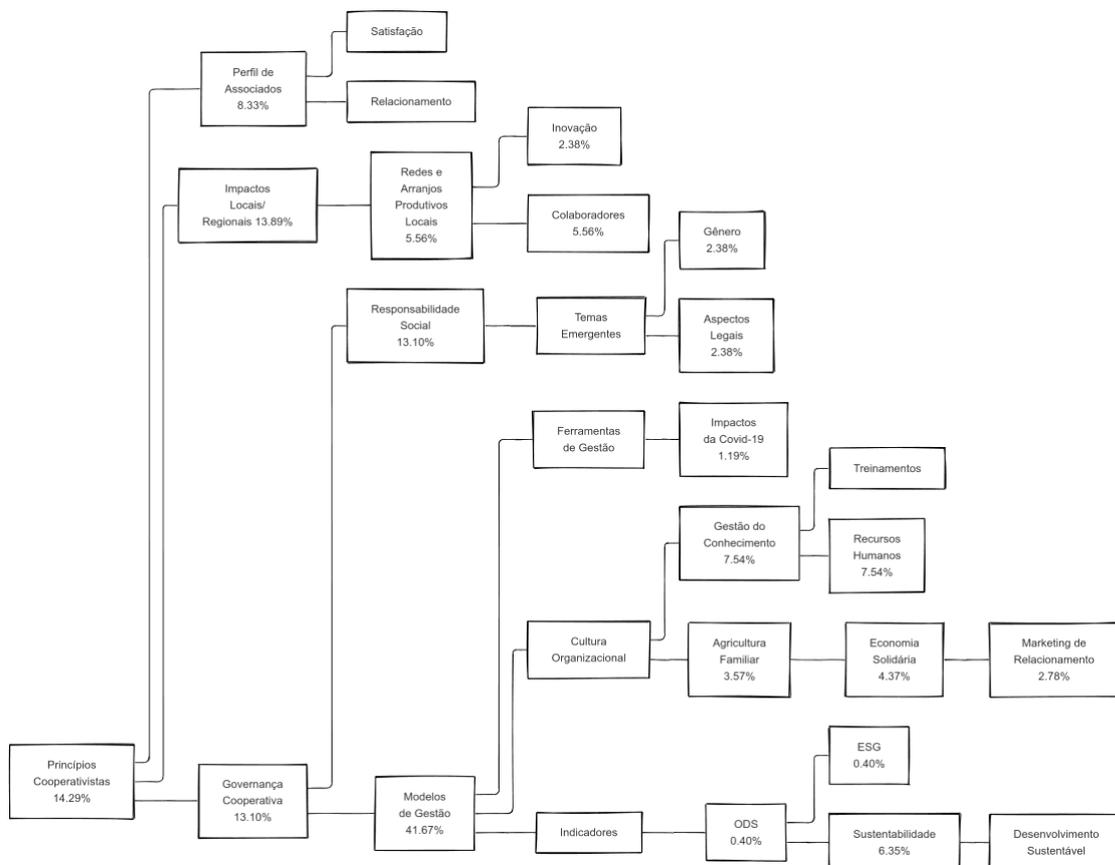
A partir de 2017, nota-se uma tendência de maior concentração em determinadas temáticas, com destaque para estudos comparativos entre bancos e cooperativas, que mantiveram presença constante ao longo do período. Os anos de 2022 e 2023 apresentaram o menor volume de trabalhos da série histórica, porém mantiveram certa diversidade temática, ainda que em menor escala. É interessante observar o surgimento pontual de temas como LGPD em determinados períodos, refletindo a influência de demandas contextuais nas pesquisas do programa. Esta redução no volume total de trabalhos, combinada com a manutenção da diversidade temática, sugere um possível amadurecimento do programa, com pesquisas mais focalizadas e aprofundadas em temas específicos do cooperativismo.

A análise do Gráfico 3 revela padrões que devem ser interpretados considerando dois fatores centrais: a natureza cíclica do programa de mestrado e o impacto da pandemia de COVID-19.

O pico observado em 2016, com aproximadamente 45 trabalhos, foi seguido por uma redução gradual que se acentuou significativamente durante os anos de 2020 e 2021, período que coincide com a pandemia. Esta redução mais acentuada pode ser atribuída tanto ao ciclo natural de 24 meses do mestrado quanto às restrições e desafios impostos pela crise sanitária, que possivelmente afetou a capacidade de pesquisa, coleta de dados e desenvolvimento dos trabalhos, considerando que muitas cooperativas – objeto de estudo das pesquisas – tiveram suas operações impactadas durante este período.

Os números mais baixos observados em 2022 e 2023 (Gráfico 3) refletem tanto o tempo necessário para a retomada completa das atividades acadêmicas pós-pandemia quanto o fato de que diversos trabalhos iniciados nesse período ainda estão em desenvolvimento, dado o ciclo natural do mestrado. É interessante notar que, mesmo diante destes desafios, o programa manteve uma diversidade consistente de temáticas ao longo dos anos, com destaque para a presença constante de estudos comparativos entre bancos e cooperativas e o surgimento de temas contemporâneos como LGPD, demonstrando a resiliência e capacidade de adaptação das pesquisas às demandas do setor cooperativista, mesmo em períodos de crise.

XXI ENANPUR - Figura 2 - Mapa de Relações e Temáticas do Cooperativismo



Fonte: elaboração dos autores

A análise dos resultados representados na Figura 2 revela que os modelos de gestão (41,67%) são o tema mais abordado nas pesquisas publicadas em artigos científicos e em estudos de nível de mestrado sobre cooperativismo. Esse foco sugere uma forte ênfase acadêmica na estruturação e na eficiência organizacional das cooperativas, refletindo um interesse teórico em compreender as práticas de gestão que fundamentam o funcionamento dessas instituições. O destaque para modelos de gestão alinha-se com as discussões de Meinen (2022) e Ventura (2009), que apontam para a importância da representatividade, da direção estratégica e do controle nas cooperativas.

Além disso, a responsabilidade social (13,10%) e a governança cooperativa (13,10%) aparecem como temas centrais nas pesquisas, evidenciando o interesse em analisar como as cooperativas impactam as comunidades onde estão inseridas e como os princípios cooperativistas são operacionalizados na prática. Essas questões se conectam com a teoria de Elias (1994), que enfatiza a atuação conjunta dos indivíduos na constituição das sociedades, e com as propostas de Santos (1977; 1978) sobre o desenvolvimento territorial, reforçando a inter-relação entre espaço e sociedade nas pesquisas acadêmicas sobre cooperativismo.

A conexão entre os impactos locais/regionais (13,89%) e as redes e arranjos produtivos locais (5,56%) sugere que os estudos têm se concentrado em entender o papel das cooperativas no desenvolvimento regional e na promoção de redes produtivas. No entanto, o tema da inovação (2,38%) ainda aparece como pouco explorado. Embora Abramovay (2008) tenha destacado a importância da inovação para a renovação das práticas cooperativistas, as pesquisas acadêmicas parecem estar mais voltadas para áreas consolidadas, deixando a inovação em segundo plano.

Temas globais como os ODS (0,40%) e ESG (0,40%) também são pouco abordados nas pesquisas analisadas, o que indica que, embora essas pautas já estejam presentes no debate acadêmico, ainda não ganharam a mesma relevância que outros tópicos mais tradicionais. A incorporação dessas agendas globais pode ser um campo emergente de pesquisa, conforme apontado por Puglioli e Winter (2021), sugerindo a necessidade de maior atenção acadêmica a essas questões nas investigações futuras.

Adicionalmente, temas emergentes como os aspectos legais (2,38%) e as questões de gênero (2,38%) refletem o esforço de alguns estudos em tratar dos novos desafios que as cooperativas enfrentam, como as mudanças legais e as demandas por equidade de gênero. Esses tópicos, embora de relevância crescente, ainda ocupam uma posição menor na agenda de pesquisa sobre cooperativismo, conforme a Figura 2 indica. A abordagem de tais temas está em sintonia com as discussões sobre a transformação social e as dinâmicas de territorialização discutidas por autores como Santos (1977) e Haesbaert (2006), mas ainda carece de um maior aprofundamento nos estudos acadêmicos.

Por fim, a satisfação e o relacionamento dos associados, conectados ao perfil dos associados (8,33%), mostram que a literatura acadêmica tem interesse em explorar o ambiente cooperativo interno, enfatizando as interações entre os membros e o impacto disso na gestão democrática. Esses elementos aparecem como relevantes no cooperativismo e estão diretamente relacionados com a coesão e a participação ativa dos associados nas decisões da cooperativa, um princípio fundamental do movimento cooperativista.

Em conclusão, a síntese mostrada na Figura 2 reflete que as pesquisas acadêmicas sobre cooperativismo têm se concentrado em temas como modelos de gestão, governança cooperativa e responsabilidade social. No entanto, áreas como inovação, sustentabilidade e questões emergentes ainda são menos exploradas, como, por exemplo, ESG e ODS, indicando oportunidades para expansão futura das investigações nesse campo. Essas lacunas podem ser preenchidas à medida que novos estudos acadêmicos aprofundem essas questões, proporcionando uma compreensão mais ampla das dinâmicas que envolvem o cooperativismo no contexto atual.

CONCLUSÃO

A análise da literatura revelou uma lacuna importante de pesquisas que avaliem diretamente os impactos do cooperativismo no desenvolvimento dos territórios, especialmente no que se refere a indicadores e métricas específicas para esta mensuração. Esta constatação aponta para a necessidade de maior exploração e aprofundamento do tema, particularmente sob a perspectiva da formação socioespacial teorizada por Santos (1977; 1978). Considerando que a governança territorial é caracterizada por Dallabrida (2015) como um processo de gestão que integra tanto Estado e sociedade civil quanto agentes do mercado através de relações horizontais, emerge naturalmente o questionamento sobre o papel das instituições cooperativas neste processo. Neste contexto, torna-se fundamental investigar como as cooperativas podem atuar como agentes catalisadores do desenvolvimento regional, contribuindo efetivamente para a transformação e evolução dos territórios onde estão inseridas.

A análise bibliométrica demonstrou uma evolução significativa nas pesquisas sobre cooperativismo, com destaque para três aspectos fundamentais: 1) a predominância de estudos sobre gestão (41,67% das publicações), governança e responsabilidade social (13,10%); 2) uma diversificação temática mais acentuada a partir de 2020, abrangendo temas emergentes como ESG, embora ainda com baixa representatividade (0,40%); e 3) uma concentração geográfica das publicações na região Sul do Brasil, especialmente na Revista de Gestão e Organizações Cooperativas.

Esta análise revelou uma lacuna significativa: a ausência de estudos que avaliem diretamente os impactos do cooperativismo no desenvolvimento territorial. Esta carência é

particularmente relevante quando se considera a perspectiva teórica da formação socioespacial de Santos (1977; 1978), que enfatiza a indissociabilidade entre espaço e relações sociais. A governança territorial, conforme definida por Dallabrida (2015), pressupõe uma integração horizontal entre Estado, sociedade civil e agentes de mercado. Neste contexto, as cooperativas emergem naturalmente como potenciais agentes de desenvolvimento regional, dado seu papel dual como organizações econômicas e sociais. A questão que se coloca não é apenas se as cooperativas podem contribuir para o desenvolvimento regional, mas como mensurar e potencializar esta contribuição através de indicadores e métricas específicas.

Este cenário aponta para uma promissora agenda de pesquisa que integre cooperativismo, planejamento e desenvolvimento territorial. O caráter inédito desta abordagem, evidenciado pela análise bibliométrica, sugere três principais eixos de investigação: 1) o aprofundamento da compreensão das práticas cooperativistas em sua dimensão territorial; 2) a análise da incorporação de práticas ESG no contexto cooperativo e seu impacto no desenvolvimento local; e 3) o desenvolvimento de métricas específicas para avaliar a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento territorial sustentável. Esta agenda de pesquisa é particularmente relevante considerando que o sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade – estabelece explicitamente o compromisso com o desenvolvimento sustentável das comunidades onde as cooperativas estão inseridas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2007.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Portal de Periódicos Capes*. 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: ago. 2024.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, Lisboa, v. 1, n. 215, p. 304-328, 2015.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARDINI, G. *Fundamentos do cooperativismo*. Brasília, DF: Sistema OCB, 2017. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2020/07/fundamentos-do-cooperativismo.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2024.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: Método SSF. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

GONZALEZ, L.; MOSER, R. M. B. Green microfinance: the case of the Cresol System in Southern Brazil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 1039-1058, jul. 2015.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender desterritorialização. In: SANTOS, M. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORAES SILVA, E. A.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade. *Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho*, Presidente Prudente, v. 22, n. 2, p. 232-262, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PAULI, J.; ROSENFELD, C. A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores em um sistema de crédito cooperativo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 171-188, jan. 2017.

PUGLIOLI, A. C.; WINTER, L. A. C. A globalização, as transnacionais, o Pacto Global, o Compliance e a Pandemia do Covid-19 no Brasil. *Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 8-35, jul./dez. 2021.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SESCOOP. *Compêndio de boas práticas de gestão e governança - Ciclo 2022-2023*. 2023. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/publicacoes-esg/compendio-de-boas-praticas-de-governanca-e-gestao>. Acesso em: 6 jul. 2024.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

STALOCH, R.; ROCHA, I. O. Cinco primaveras de discussões e reflexões da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional-RBDR. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 7, p. 211-228, 2019.

STALOCH, R.; ROCHA, I. O. Produção e disseminação de conhecimento: as temáticas abordadas em 19 anos da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 6, p. 34-50, 2019.

STALOCH, R.; ROCHA, I. O.; LUCAS, E. R. O. Análise da produção científica sobre planejamento territorial indexados na base de dados Scopus: perspectivas de novas pesquisas no campo da comunicação e participação social. *Cadernos de Comunicação (UFSM)*, Santa Maria, v. 24, p. 1-32, 2020.

THEIS, I. M. et al. Desenvolvimento regional: construção de um campo de saber? *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 18, n. 1, p. 3-23, 2022.

UNGARETTI, M. ESG de A a Z: tudo o que você precisa saber sobre o tema. *Expert XP*, São Paulo, p. 2-29, 8 set. 2020. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/esg/esg-de-a-a-z-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-tema>. Acesso em: jun. 2024.